

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017
(Em milhares de Reais)

| ATIVO | | PASSIVO | | | |
|---|-----------|-----------|---|-----------|-----------|
| | 2018 | 2017 | | | |
| Circulante | 2.834.928 | 2.146.975 | Circulante | 1.947.291 | 1.690.032 |
| Disponibilidades | 4 | 4.473 | Depósitos | 1.423.173 | 1.505.178 |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | 169.811 | 188.599 | Depósitos a prazo | 9 | 1.339.821 |
| Aplicações em operações compromissadas | 169.811 | 188.599 | Obrigações para empréstimos | 11 | 409.862 |
| Títulos e valores mobiliários | 679.338 | 539 | Obrigações para empréstimos | 9 | 83.252 |
| Cotas de fundo de investimento | 4 | 539 | Instrumentos financeiros derivativos | 6 | 9.654 |
| Carteira própria | 6.777.400 | - | Instrumentos financeiros derivativos | 6 | 9.654 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 26.552 | 8.555 | Outras obrigações | 12 | 104.602 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 26.552 | 8.555 | Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados | 12 | 1.220 |
| Operações de crédito | 1.804.261 | 1.815.432 | Fiscais e previdenciárias | 69.607 | 53.806 |
| Operações de crédito - Setor privado | 1.959.285 | 1.989.620 | Diversas | 33.775 | 28.502 |
| (Provisão para créditos de liquidação duvidosa) | (155.024) | (184.198) | Exigível a longo prazo | 1.789.980 | 1.407.017 |
| Outros valores e bens | 146.236 | 124.093 | Depósitos | 1.522.160 | 1.098.208 |
| Outros valores e bens | 5.318 | 8.294 | Depósitos interfinanceiros | 9 | 1.510.495 |
| Bens não de uso próprio | 7.120 | 10.585 | Depósitos a prazo | 9 | 11.665 |
| Provisão para desvalorização | (2.048) | (3.462) | Recurso de aceites e emissão de títulos | 10 | 101.907 |
| Despesas antecipadas | 246 | 1.161 | Obrigações por emissão de letras financeiras | 10 | 101.907 |
| Realizável a longo prazo | 1.634.649 | 1.608.387 | Obrigações para empréstimos | 11 | 134.831 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 6 | 8.025 | Obrigações para empréstimos | 11 | 134.831 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 6 | 8.025 | Instrumentos financeiros derivativos | 6 | - |
| Operações de crédito | 1.394.251 | 1.394.251 | Instrumentos financeiros derivativos | 6 | - |
| Operações de crédito - Setor privado | 1.505.073 | 1.465.511 | Outras obrigações | 12 | 30.482 |
| (Provisão para créditos de liquidação duvidosa) | (88.164) | (71.260) | Fiscais e previdenciárias | 12 | 652 |
| Outros valores e bens | 189.667 | 213.790 | Diversas | 29.830 | 28.311 |
| Outros valores e bens | 48 | 346 | Resultados de exercícios futuros | 14 | 12.216 |
| Despesas antecipadas | 48 | 346 | Recursos de exercícios futuros | 14 | 12.216 |
| Permanente | 5.672 | 6.172 | Patrimônio líquido | 16 | 726.360 |
| Investimentos | 6 | 6 | Capital social | 16 | 444.387 |
| Investimentos | 6 | 6 | Reserva de lucros | 16 | 281.973 |
| Imobilizado de uso | 593 | 1.673 | | | |
| Outros imobilizados de uso | 1.159 | 2.181 | | | |
| (Depreciação acumulada) | (566) | (508) | | | |
| Intangível | 5.073 | 4.493 | | | |
| Software | 14.291 | 12.016 | | | |
| (Amortização acumulada) | (9.218) | (7.523) | | | |
| Total do ativo | 4.475.247 | 3.761.534 | Total do passivo | 4.475.247 | 3.761.534 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017
(Em milhares de Reais)

| | Capital realizado | | Reserva de lucros | | Lucros acumulados | |
|---|-------------------|--------|-------------------|--------|-------------------|---------|
| | 2018 | 2017 | Legal | Outras | 2018 | 2017 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2016 | 344.387 | 30.881 | 297.413 | - | 672.681 | 672.681 |
| Lucro líquido do semestre | - | - | - | - | 36.269 | 36.269 |
| Destinações do lucro: | | | | | | |
| Reserva legal | - | 1.813 | - | - | (1.813) | - |
| Reservas especiais de lucros | - | - | 34.456 | - | (34.456) | - |
| Distribuição de lucros | - | - | (50.000) | - | (50.000) | - |
| Saldos em 30 de junho de 2017 | 344.387 | 32.694 | 281.869 | - | 658.950 | 658.950 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2017 | 344.387 | 36.235 | 293.140 | - | 679.762 | 679.762 |
| Lucro líquido do semestre | 100.000 | - | (100.000) | - | 66.598 | 66.598 |
| Destinações do lucro: | | | | | | |
| Reserva legal | - | 3.330 | - | - | (3.330) | - |
| Reservas especiais de lucros | - | - | 63.268 | - | (63.268) | - |
| Distribuição de dividendos | - | - | (20.000) | - | (20.000) | - |
| Saldos em 30 de junho de 2018 | 444.387 | 39.565 | 242.408 | - | 726.360 | 726.360 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017
(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

| | Semestre | |
|--|-----------|-------------------|
| | 2018 | 2017 |
| Receitas da intermediação financeira | 455.583 | 381.787 |
| Operações de crédito | 372.377 | 388.224 |
| Resultado de operações com títulos e valores mobiliários | 32.050 | 10.405 |
| Resultado com instrumentos financeiros derivativos | 6d | 51.156 (16.842) |
| Despesas da intermediação financeira | (271.333) | (233.724) |
| Operações de captação no mercado | (136.321) | (148.908) |
| Despesas de obrigações por empréstimos | (64.366) | (7.266) |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 7e | (70.646) (77.550) |
| Resultado bruto da intermediação financeira | 184.250 | 148.063 |
| Outras receitas(despesas) operacionais | (51.723) | (62.214) |
| Receita de prestação de serviços | 17 | 38.197 |
| Outras despesas administrativas | 18 | (59.800) |
| Despesas de pessoal | (9.766) | (8.528) |
| Despesas tributárias | (17.655) | (19.154) |
| Outras receitas operacionais | 19 | 8.773 |
| Outras despesas operacionais | 20 | (11.472) |
| Resultado operacional | 132.527 | 85.849 |
| Resultado não operacional | (22) | 65 |
| Resultado antes da tributação sobre o lucro | 132.505 | 85.914 |
| Imposto de renda | 15a | (36.275) |
| Contribuição social | 15a | (29.114) |
| Ativo fiscal diferido | - | 770 |
| Lucro líquido do período | 66.598 | 36.269 |
| Lucro líquido por ação do capital social | 2,41 | 1,31 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017
(Em milhares de Reais)

| | Semestre | |
|---|-----------|----------|
| | 2018 | 2017 |
| Lucro líquido do período ajustado | 203.796 | 168.264 |
| Lucro líquido do período antes do imposto de renda e da contribuição social | 132.505 | 85.914 |
| Depreciações e amortizações | 916 | 859 |
| Despesa com provisões contingentes | 163 | 4.399 |
| Constituição de provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa | 70.646 | 77.550 |
| Constituição/(reversão) da provisão para desvalorização BNDU | (434) | (458) |
| Varição de ativos e obrigações | (147.288) | (98.235) |
| Atividades operacionais - Caixa líquido proveniente/aplicado | 56.508 | 70.029 |
| Alienação de imobilizado de uso | - | 85 |
| Aquisição de imobilizado de uso | (9) | (856) |
| Aplicações no intangível | (605) | (494) |
| Atividades de investimento - Caixa líquido proveniente/aplicado | (614) | (1.055) |
| Pagamento de dividendos | (70.000) | (50.000) |
| Atividades de financiamento - Caixa líquido proveniente/aplicado | (70.000) | (50.000) |
| Aumento / (redução) de caixa e equivalentes de caixa | (14.106) | 18.974 |
| Saldo de caixa e equivalentes no início do período | 189.917 | 171.637 |
| Saldo de caixa e equivalentes no final do período | 174.811 | 190.611 |
| Aumento / (redução) de caixa e equivalentes de caixa | (14.106) | 18.974 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017
(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
O Banco Honda S.A. (Banco) autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), iniciou suas atividades no ano de 2000, para operar como banco múltiplo com operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas carteiras de investimentos e de crédito, financiamento e investimento de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. A atividade operacional do Banco consiste, principalmente, no financiamento de veículos, através da modalidade do crédito direto ao consumidor, portanto com alienação fiduciária do bem, como garantia real das operações.

As demonstrações financeiras do primeiro semestre de 2018 foram aprovadas pela Diretoria em 01 de agosto de 2018.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Apresentação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN, CMN, subsidiárias no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interperações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo BACEN (CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados).

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a. Apuração do resultado
A apuração das receitas e das despesas obedece ao regime de competência.
b. Estimativas contábeis
Ativos e passivos sujeitos a estimativas contábeis incluem o valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa, o ativo fiscal diferido e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados. O Banco revisa as estimativas e as pressupostos mensalmente.
c. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)
É reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período.
d. Ativo circulante e realizável a longo prazo
Caixa e equivalentes de caixa
São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações em operações compromissadas e títulos e valores mobiliários, cujos vencimentos das operações na data da efetiva aplicação sejam iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.
Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa
As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do BACEN, que requerem a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda máxima). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.
As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em contas patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.
As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidas. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução adicional referida, conforme demonstrada na nota explicativa nº 7d.
Instrumentos financeiros derivativos
O Banco faz uso de swaps, os quais são classificados, de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta sua finalidade e para proteção contra risco (hedge) ou não, registrados e mensurados a valor justo, como segue: Operações de swap - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, apropriado como receita ou despesa pro-rata até a data do balanço.
As operações são custodiadas na CETIP S.A. Mercados Organizados. As operações são avaliadas a mercado, o que consiste em atualizar diariamente o seu valor pelo preço de negociação no mercado ou a melhor estimativa deste valor, com base nas taxas da IBF.
O Banco utiliza a estrutura de hedge accounting para algumas operações que consistem em aplicar regras específicas e opcionais de contabilização das operações de hedge financeiro que permitem eliminar ou reduzir a volatilidade dos resultados contábeis decorrentes do registro obrigatório dos instrumentos derivativos ao valor justo por meio do resultado. A efetividade apurada para a categoria de hedge está em conformidade com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/02.
Créditos tributários
Os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização, considerando o histórico de rentabilidade do Banco e as expectativas de resultados futuros, e referem-se, principalmente, às diferenças temporárias no cálculo de imposto de renda e da contribuição social. Os créditos tributários foram constituídos à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre determinados limites para o imposto de renda. A provisão para contribuição social - CSLL foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável antes do imposto de renda até agosto de 2015 e 20% a partir de setembro de 2015. Em 06 de outubro de 2015 foi publicada a Lei nº 13.169, que determinou o aumento da alíquota de 15% para 20% temporariamente, compreendendo o período de setembro de 2015 a dezembro de 2018 e 15% a partir de 01 de janeiro de 2019.
Ativos contingentes
O Banco não reconhece ativos contingentes, exceto quando há decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado e que não caiba mais recurso. O Banco não apresenta ativos contingentes reconhecidos em 30 de junho de 2018.
Despesas antecipadas
Referente às despesas de comissões pagas pela intermediação de concessão de operações de crédito, para os contratos acordados até dezembro de 2014 as despesas serão apropriadas de acordo com o prazo dos contratos. Com a divulgação da Circular nº 3.693/13 do BACEN, a partir de janeiro de 2015 as despesas de comissão são reconhecidas no ato de sua contratação.
Outros ativos
São demonstrados pelos valores de custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base pro-rata dia) auferidos e, quando aplicável, ajustados aos valores de mercado ou de realização.
e. Ativo permanente
Demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos:
• Depreciação dos custos dos bens do imobilizado, é reconhecida pelo método linear, com base em taxas anuais sendo: sistema de processamento de dados por software 20%, e demais equipamentos 10%.
• Intangível representado por software reajustado com base nas orientações da Carta-Circular nº 3.357 do BACEN, com vida útil definida e cuja utilização terá benefício econômico futuro, é amortizado pelo método linear à taxa de 20% ao ano.
f. Passivo circulante e exigível a longo prazo
Provisão para imposto de renda e contribuição social
• **Imposto de renda:** 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente à R\$ 120 no semestre.
• **Contribuição social:** 20% sobre o lucro tributável a partir do mês de setembro de 2015, de acordo com a Lei nº 13.169/15.
Passivos contingentes e obrigações legais
Os passivos contingentes são contabilizados com base em informações dos assessores jurídicos e no histórico de perda referente aos valores reivindicados em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas, para processos classificados com perda provável. Para os processos classificados com perda possível, é realizada a divulgação dos valores.
As obrigações legais, cuja legalidade/constitucionalidade estejam eventualmente sendo discutidas judicialmente, são devidamente provisionadas.
Outros passivos
Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias (em base pro-rata dia) incorridas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
Na demonstração dos fluxos de caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

| | 2018 | 2017 |
|---|---------|---------|
| Disponibilidades | 4.410 | 1.473 |
| Contas correntes bancárias | - | - |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | 138.011 | 188.599 |
| Letra do Tesouro Nacional - NTN | 31.800 | - |
| Nota do Lessor Nacional - NTN | - | - |
| Títulos e valores mobiliários | 590 | 539 |
| Cotas de fundos de investimentos | 174.811 | 190.611 |

Referem-se a operações com prazo igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
Referem-se a fundos de investimento em direitos creditários classificados para negociação com possibilidade de resgate antecipado, conforme a seguinte disposição:

| | 2018 | 2017 |
|--------------------------------------|---------|------|
| Cotas subordinadas - FIDC Auto Honda | 677.748 | - |
| | 677.748 | - |

a. Cotas de investimento - Fundo de investimento em direitos creditários
O FIDC Auto Honda é um fundo de investimento aberto, administrado pelo BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e gerido pela BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, criado exclusivamente com a finalidade de compra dos recebíveis originados pela Honda Automóveis do Brasil Ltda.
O Banco Honda, sob a condição de aquisição de carteira subordinada, efetuou seu primeiro investimento em 24 de outubro de 2017. Em 30 de junho de 2018, os títulos e valores mobiliários estavam representados por investimentos em cotas subordinadas do Fundo de Investimento de Direitos Creditários (FIDC - Auto Honda).
As cotas foram classificadas como para negociação.
b. Resultado com títulos e valores mobiliários

| | 1º Semestre | 2017 |
|---|-------------|------|
| Rendas de aplicação em cotas de fundo de investimento | 26.608 | - |
| | 26.608 | - |

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS
O Banco faz uso de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, conforme regras específicas do BACEN, que se destinam a atender às necessidades próprias com o objetivo de proteção (hedge) contra riscos de mercado que decorram, principalmente, dos descompassos entre moedas de suas operações passivas.

O Banco adota uma política de minimização do risco de mercado e o acompanhamento dos riscos é exercido diretamente pela Administração, por meio de instrumentos devidamente testados e avaliados.
Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais a valor justo, tendo como contrapartida os respectivos carteiras de resultado.

a. Instrumentos financeiros derivativos utilizados como instrumentos de hedge
Os instrumentos financeiros derivativos são representados por operações de contratos de swap, registrados na Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP).
Esses instrumentos financeiros derivativos têm seus valores registrados em contas de compensação e os ajustes/diferenciais em contas patrimoniais, conforme demonstrado abaixo:

| | 2018 | | | 2017 | | |
|-------------------------|------------------|------------------|----------------|-----------------|------------------|----------------|
| | Valor referência | Ajuste a receber | Ajuste a pagar | Posição líquida | Ajuste a receber | Ajuste a pagar |
| Contratos | 193.500 | 3.126 | (7.172) | (4.046) | 2.895 | (9.654) |
| Swap (Hedge accounting) | 378.106 | 36.262 | (332) | 35.930 | 31.682 | (31.882) |
| Swap | - | 39.388 | (7.504) | 31.884 | 34.577 | (9.654) |

| | 2018 | | | 2017 | | |
|-------------------------|------------------|------------------|----------------|-----------------|------------------|----------------|
| | Valor referência | Ajuste a receber | Ajuste a pagar | Posição líquida | Ajuste a receber | Ajuste a pagar |
| Contratos | 227.290 | - | (32.585) | (32.585) | - | (42.646) |
| Swap (Hedge accounting) | 120.102 | 11.001 | - | 11.001 | 8.555 | (2.376) |
| Swap | - | 11.001 | (32.585) | (21.584) | 8.555 | (45.022) |

Para a obtenção dos valores de mercado dos swaps é estimado o fluxo de caixa futuro de cada uma de suas pontas descontadas a valor presente, conforme curva de correção, que refletem os fatores de risco adequados, sendo principalmente com base nas taxas da IBF.

b. Composição das carteiras de instrumentos financeiros derivativos por prazos de vencimento

| | 2018 | | | | 2017 | | | |
|-------------------------|-----------|------------------|-------------|----------------|-------------|----------------|------------------------|-------------|
| | Indexador | Valor referência | Até 90 dias | 181 a 360 dias | Até 90 dias | 181 a 360 dias | A vencer após 360 dias | Total geral |
| Swap (Hedge accounting) | USD | 193.500 | 97.219 | 97.883 | - | 195.102 | - | 195.102 |
| Swap (ponta ativa) | Pré | 193.500 | 94.610 | 107.289 | - | 101.861 | - | 101.861 |
| Swap | USD | 278.056 | - | 181.552 | 131.759 | 313.311 | - | 593.621 |
| Swap (ponta ativa) | Pré | 278.056 | - | 157.894 | 124.314 | 282.208 | - | 560.412 |
| Swap | USD | 104,7% DI | - | - | - | 101,924 | 101,924 | 206,848 |
| Swap (ponta ativa) | Pré | 100,050 | - | - | - | 101,345 | 101,345 | 202,690 |

| | 2018 | | | | 2017 | | | |
|-------------------------|-----------|------------------|-------------|----------------|-------------|----------------|------------------------|-------------|
| | Indexador | Valor referência | Até 90 dias | 181 a 360 dias | Até 90 dias | 181 a 360 dias | A vencer após 360 dias | Total geral |
| Swap (Hedge accounting) | USD | 227.290 | 33.051 | - | 169.947 | 202.998 | - | 372.945 |
| Swap (ponta ativa) | Pré | 227.290 | 34.543 | - | | | | |

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais)

b. Movimentação da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

| | 2018 | | 2017 | |
|---|---------|--------|---------|---------|
| | IRPJ | CSLL | IRPJ | CSLL |
| IRPJ e CSLL devidos no semestre | 36.275 | 29.114 | 27.959 | 22.456 |
| Realização do crédito tributário diferido | (5.128) | 1.986 | (5.849) | 8.143 |
| Constituição do crédito tributário diferido | 2.033 | 1.627 | (1.703) | (1.361) |
| Total de imposto de renda e contribuição social | 33.180 | 32.727 | 20.407 | 29.238 |

c. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social em 30 de junho de 2018 e 2017

| | 2018 | | 2017 | |
|---|---------|---------|---------|---------|
| | IRPJ | CSLL | IRPJ | CSLL |
| Adições temporárias: | | | | |
| Créditos baixados como prejuízo | 483.722 | 483.722 | 435.773 | 435.773 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 223.188 | 223.188 | 255.458 | 255.458 |
| Provisão para contingências | 30.428 | 30.428 | 28.311 | 28.311 |
| Outros | 5.167 | 5.167 | 9.284 | 9.284 |
| Total da base dos créditos tributários sobre diferenças temporárias | 742.505 | 742.505 | 728.826 | 728.826 |
| Total do crédito tributário | 185.626 | 122.300 | 182.207 | 128.603 |

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social estão contabilizados na rubrica "Outros créditos - Diversos" no circulante e no realizável a longo prazo.

d. Natureza da origem do crédito tributário

| | Saldo em 31/12/2017 | | Saldo em 30/06/2018 | |
|---|---------------------|------------|---------------------|------------|
| | Constituição | Realização | Constituição | Realização |
| Créditos baixados como prejuízo | 454.975 | 79.388 | (50.641) | 483.722 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 231.190 | 112.756 | (120.758) | 223.188 |
| Ações contrárias | 15.646 | 3.155 | (3.823) | 14.978 |
| Ações trabalhistas | 14.348 | 861 | (53) | 15.156 |
| Desvalorização - Bens não de uso próprio | 2.483 | 1.786 | (2.220) | 2.049 |
| Fator acidental de prevenção | 271 | 23 | - | 294 |
| Outras adições | 3.080 | 3.973 | (3.935) | 3.118 |
| Saldo dos créditos tributários | 721.933 | 201.942 | (181.430) | 742.505 |

e. Realização dos créditos tributários ativados de imposto de renda e contribuição social em 30 de junho de 2018

| | Últimos 5 anos | | | | | Total |
|---|----------------|--------|--------|--------|--------|---------|
| | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | |
| Imposto de renda | | | | | | |
| Ações contrárias | 939 | 706 | 464 | 425 | 388 | 3.744 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 38.416 | 11.330 | 4.607 | 1.182 | 183 | 55.797 |
| Créd. baixados - Prejuízo | 12.482 | 22.278 | 26.712 | 34.897 | 24.561 | 120.930 |
| Desvalorização - Bens não de uso próprio | 512 | - | - | - | - | 512 |
| Ações trabalhistas | 1.420 | 556 | 1.077 | 611 | 126 | 3.790 |
| Gravames | 133 | - | - | - | - | 133 |
| Outras adições | 720 | - | - | - | - | 720 |
| | 54.622 | 34.870 | 32.880 | 37.115 | 25.258 | 901 |
| | | | | | | 185.626 |

Contribuição social

| | Últimos 5 anos | | | | | Total |
|---|----------------|--------|--------|--------|--------|---------|
| | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | |
| Ações contrárias | 751 | 423 | 278 | 255 | 233 | 494 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 30.732 | 6.798 | 2.764 | 709 | 110 | 41.161 |
| Créd. baixados - Prejuízo | 9.985 | 13.367 | 16.027 | 20.938 | 14.737 | 75.054 |
| Desvalorização - Bens não de uso próprio | 410 | - | - | - | - | 410 |
| Ações trabalhistas | 1.136 | 333 | 646 | 367 | 76 | 2.558 |
| Gravames | 107 | - | - | - | - | 107 |
| Outras adições | 576 | - | - | - | - | 576 |
| | 43.697 | 20.921 | 19.715 | 22.269 | 15.156 | 542 |
| | | | | | | 122.300 |

O valor presente destes créditos tributários é de R\$ 269.979 em 30 de junho de 2018 (R\$ 257.649 em 30 de junho de 2017), considerando-se a taxa Selic de 6,50% a.a.

Os critérios de constituição e realização de créditos tributários estão assim apresentados:

- A constituição do crédito tributário foi efetuada com base nas adições temporárias no período corrente.
- A realização do total de créditos tributários constituídos existentes em 30 de junho de 2018 foi estimada de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, das adições temporárias que são de 31,93% no ano de 2018; 18,12% no ano de 2019; 17,07% no ano de 2020; 19,29% no ano de 2021; 13,12% no ano de 2022; 0,47% para os últimos cinco anos. Essas estimativas serão revisadas semestralmente. Os créditos tributários são reconhecidos considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, baseado em estudo técnico, que considera as expectativas da Administração quanto à realização dos referidos créditos, projeções orçamentárias da Instituição e indicadores econômico-financeiros.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

Em 30 de junho de 2018, o capital social é de R\$ 444.387 (R\$ 344.387 em 30 de junho de 2017), representado por 27.600.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizadas por acionistas domiciliados no país. Em 16 de abril de 2018, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) aprovou o aumento do capital social do Banco, no montante de R\$ 100.000, sem emissão de novas ações, mediante a incorporação da reserva de lucros. A homologação do aumento de

capital pelo Banco Central do Brasil (BACEN) ocorreu em 08 de maio de 2018, sendo publicado no Diário Oficial da União no dia 10 de maio de 2018.

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido do semestre, limitado a até 20% do capital social (Circular nº 1.273 e Circular nº 2.750, no artigo 3º §2º).

c. Dividendos

No primeiro semestre de 2018 foi autorizada pela Diretoria em reunião realizada em 23 de fevereiro de 2018 a distribuição de dividendos provenientes na reserva especial de lucros do exercício de 2015 no montante de R\$ 20.000. A distribuição total de dividendos para a acionista Honda South America Ltda no primeiro semestre de 2018 foi de R\$ 70.000, o desembolso foi realizado no dia 28 de março de 2018.

17. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

| | 2018 | 2017 |
|---|--------|--------|
| Rendas de serviços prioritários - Pessoa física | 35.845 | 33.536 |
| Rendas de cobrança | 2.138 | - |
| Rendas de tarifas bancárias - Pessoa jurídica | 214 | 253 |
| | 38.197 | 33.789 |

18. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

| | 2018 | 2017 |
|---|--------|--------|
| Despesa de comissão (i) | 18.990 | 23.298 |
| Serviços de terceiros (ii) | 18.410 | 19.754 |
| Serviços técnicos especializados | 6.075 | 7.704 |
| Custas processuais | 2.885 | 3.032 |
| Despesa de processamento de dados | 2.613 | 2.579 |
| Despesa de serviços do sistema financeiro | 2.428 | 2.328 |
| Campanha de vendas | 1.796 | 3.975 |
| Despesa de cartório | 1.351 | 2.716 |
| Despesa de comunicação e relações | 1.136 | 1.197 |
| Despesa de promoções e eventos | 630 | 223 |
| Outras despesas administrativas | 3.486 | 3.498 |
| | 59.800 | 70.304 |

(i) Basicamente pagamento de comissões de vendas

(ii) Basicamente serviços contratados para consultorias

19. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

| | 2018 | 2017 |
|---|-------|--------|
| Reversão/utilização de outras provisões operacionais (Nota 13a) | 3.876 | 5.022 |
| Reversão de desvalorização de bens não de uso - BNDU | 2.220 | 2.550 |
| Reembolso de despesa bens não de uso - BNDU | 2.395 | 3.051 |
| Reversão de provisões diversas | 169 | 6.262 |
| Outras | 113 | 4.030 |
| | 8.773 | 20.915 |

20. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

| | 2018 | 2017 |
|--|--------|--------|
| Provisão para contingências | 4.016 | 9.403 |
| Campanha de cobrança | 2.171 | 1.956 |
| Desvalorização de bens não de uso - BNDU | 1.786 | 2.093 |
| Despesas com despachante | 1.334 | 2.806 |
| Indenização ações contrárias | 939 | 941 |
| Desconto concedido | 725 | 1.138 |
| Outras | 501 | 795 |
| | 11.472 | 18.932 |

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A controladora direta do Banco é a Honda South America Ltda., sendo a controladora final a Honda Motors Co., com sede no Japão. As transações com partes relacionadas restringem-se a operações de incentivo à venda de produtos fabricados por estas empresas e utilização de bens imóveis, todos devidamente suportados por contratos entre as partes, controladas pela mesma.

a. Controladora do Banco

| | 1º semestre | | 1º semestre | |
|---|-----------------|-------------------|-----------------|-------------------|
| | Ativo (passivo) | Receita (despesa) | Ativo (passivo) | Receita (despesa) |
| Honda Automóveis do Brasil Ltda. | | | | |
| Valores a receber | 1.736 | - | - | - |
| Valores recebidos antecipadamente | (8.837) | 6.645 | (2) | 3.044 |
| Moto Honda da Amazônia Ltda. | | | | |
| Valores a receber | - | - | 183 | - |
| Valores recebidos antecipadamente | (903) | 516 | (1.133) | 868 |
| Aluguel de imóvel | (10) | (60) | (10) | (60) |

...continuação

| | 1º semestre | | | |
|---|-----------------|-------------------|-----------------|-------------------|
| | 2018 | | 2017 | |
| | Ativo (passivo) | Receita (despesa) | Ativo (passivo) | Receita (despesa) |
| Outras despesas | (106) | (445) | (103) | (206) |
| Honda Serviços Ltda. | | | | |
| Prestação de serviço de assessoria administrativa | (2.526) | (9.930) | (2.946) | (8.523) |
| Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. | | | | |
| Aluguel de móveis e equipamentos | - | (871) | - | (850) |
| Depósitos a prazo | (59.912) | (2.218) | (80.540) | (4.132) |
| Valores a receber | - | (6) | - | (6) |
| Honda Leasing | | | | |
| Depósitos interfinanceiros | (19.004) | (586) | (18.422) | (995) |
| FIDC Auto Honda | | | | |
| Agente de cobrança | - | 2.138 | - | - |

O Banco dispõe de uma Política de Remuneração dos seus Administradores que prevê o pagamento de remuneração condicionada ao resultado do Banco, e qualquer remuneração deve ser aprovada sempre no exercício anterior ao do pagamento e se atendidos os quesitos mínimos previstos nesta Política.

No 1º semestre de 2018, o Banco não efetuou pagamentos de remuneração variável aos seus Administradores e não há previsão de pagamento para o 2º semestre de 2018.

A Administração do Banco recebe a remuneração fixa ou gratificações exclusivamente por outras empresas do Grupo nas quais desempenhe função equivalente.

22. OUTRAS INFORMAÇÕES

a. Fundo de pensão

O Banco é patrocinador da PREVIHONDA - Sociedade de Previdência Privada de um plano de previdência aos seus funcionários e diretores na modalidade de contribuição definida. As contribuições aportadas ao plano no decorrer do 1º semestre de 2018 somaram R\$ 63 (R\$ 58 no 1º semestre de 2017), contabilizados na rubrica de despesa com pessoal.

b. Limite operacional

Em 30 de junho de 2018, o Índice de Basileia apurado pela instituição foi calculado em conformidade com a nova regulamentação do BACEN para cumprimento das regras prudenciais, conhecidas como Basileia III, ficando em 24,42% (22,29% em 30 de junho de 2017, conforme legislação vigente à época).

c. Gerenciamento de Riscos e Capital

Para atendimento ao requerido nas Resoluções do CMN nºs 3.721/09, 3.464/07, 4.090/12, 3.380/06, 4.327/14, 3.988/11, o Banco dispõe de estrutura específica para gestão de riscos e capital, e as atividades são centradas na identificação, controle e mitigação dos riscos incorridos pela instituição.

Para nortear essas atividades, a diretoria da instituição estabeleceu políticas específicas para gestão de cada risco.

Gerenciamento de Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito tem a finalidade de mensurar, monitorar e controlar a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O Banco utiliza modelos internos para calcular a probabilidade *default* de cada cliente, bem como, a parte total projetada.

Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado objetiva mensurar, controlar e mitigar a exposição ao risco de mercado das carteiras de ativos e passivos financeiros do Banco considerando o fluxo financeiro das operações vinculadas a taxas de juros e abrangendo inclusive o risco de liquidez.

Para o cálculo do risco de taxa de juros na carteira *banking*, o Banco utiliza o modelo EVE na abordagem de valor econômico.

Risco Operacional

A gestão de risco operacional segue a premissa de que o risco operacional deriva de eventos resultantes de processos internos, pessoas e sistemas inadequados, falhos ou eventos externos que ocasionem ou não a interrupção de negócios. Estes eventos, quando ocorrem, são registrados e a origem avaliada para correção e melhorias.

Risco Socioambiental

A gestão de risco socioambiental é concebida sobre a premissa de que este é a possibilidade de ocorrência de perdas oriundas de danos socioambientais. Em seu gerenciamento deve ser considerado: sistemas, rotinas, procedimentos, novas modalidades de produtos ou serviços, ramo de atividade dos clientes, entre outros exemplos.

Gerenciamento Capital

A gestão de capital tem como objetivo mensurar, monitorar e mitigar a evolução dos negócios em consonância com a capacidade de gerar ou obter capital, propondo limites e alternativas de contingenciamento do nível de capital mínimo do Banco, garantido nível de capital adequado a expectativa de evolução dos negócios em ambientes distintos.

O Banco utiliza principalmente testes de *stress* de carteira em condições econômicas adversas.

As descrições dessas estruturas mais detalhadas estão evidenciadas no site do Banco, e os relatórios dessas atividades estão disponíveis na sua sede.

d. Covenants

Os covenants são regras estabelecidas nos contratos de financiamentos e empréstimos que têm por objetivo comprometer o devedor de forma mais eficaz do que as garantias tradicionais. O Banco é devedor por empréstimos obtidos junto ao Banco de Tokyo Mitsubishi Brasil S.A, Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A e Japan Bank For International Cooperation - JIBC, com último vencimento em junho/2020, cujos contratos exigem manutenção de índices financeiros mínimos (financial covenants), além da exigência de obrigações de responsabilidade socioeconômico.

Os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação brasileira e as normas do BACEN. Essas informações também são monitoradas e requeridas pelos credores mencionados.

A DIRETORIA

ELVIS FLAUSINO GONÇALVES - T.C. CRC 1SP206096/0-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionista do

Banco Honda S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Honda S.A (Banco), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos

que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco Honda continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco Honda ou cessar suas operações, e não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas,